



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Semana traz dados do setor externo e arrecadação no Brasil. No cenário internacional, atenções seguem voltadas para o conflito no Oriente Médio

- A agenda da semana é relativamente enxuta no Brasil, em função do feriado de Tiradentes nesta terça-feira (21). Entre os indicadores, a Receita Federal deve divulgar os dados de arrecadação de impostos referentes ao mês de março, que tendem a manter crescimento acentuado no mês.** O consenso de mercado projeta alta real de 5,2% em relação a março de 2025, em função do avanço da arrecadação com o IOF (efeito base), da tributação associada ao mercado de trabalho (que segue resiliente e com baixo desemprego), e possivelmente já refletindo o impacto do aumento do preço do barril de petróleo sobre as receitas do setor.
- O Banco Central divulga na sexta-feira (24) o balanço de pagamentos de março, que deve seguir indicando um quadro confortável para as contas externas.** A mediana do mercado projeta déficit em conta corrente de US\$ 5,1 bi no mês, superior ao observado em março de 2025 (US\$ -3,1 bi). Com isso, no acumulado em 12 meses, o déficit externo deve subir para cerca de US\$ 65,0 bi (2,8% do PIB), mas ainda abaixo da entrada de investimento estrangeiro direto (3,2% do PIB), o que, em conjunto com a alta do petróleo, tem contribuído para a apreciação recente do Real, que ficou abaixo de R\$/US\$ 5,00.
- O governo federal deve divulgar ao longo da semana um novo programa de renegociação de dívidas junto ao setor financeiro.** A iniciativa deve atender pessoas com renda de até cinco salários-mínimos e prever descontos significativos para dívidas inadimplentes em linhas de crédito de maior custo, como cartão de crédito, cheque especial e crédito pessoal não consignado. A taxa teto das renegociações deve ficar em 1,99% ao mês. Para mitigar o risco de crédito, o governo deve realizar um aporte no FGO (Fundo de Garantia de Operações), que cobrirá parte da inadimplência dessas operações. Segundo fontes, os detalhes finais do programa ainda estão em discussão. A medida busca reduzir o nível de inadimplência das famílias e auxiliar esse público a retomar a capacidade de acesso ao crédito.
- No cenário internacional, as atenções permanecem voltadas às negociações entre os EUA e o Irã, com o prazo para o término do cessar-fogo previsto para esta terça-feira (21).** Os agentes acompanham com atenção a apreensão de um navio iraniano pelos EUA, que coloca em risco o cessar-fogo na região, após o Irã anunciar que havia liberado a navegação no Estreito de Ormuz na sexta. Donald Trump informou que um navio de carga que opera sob bandeira iraniana foi apreendido ao tentar furar o bloqueio naval norte-americano na região. O governo iraniano, por sua vez, prometeu retaliar e, até as últimas informações, recusava-se a retomar as negociações de paz. Importante acompanhar se teremos uma nova escalada das tensões, o que naturalmente tende a pesar nos mercados, algo que estamos observando na manhã desta segunda-feira, com uma nova alta do preço do petróleo; ou, se é apenas um incidente adicional, que deve ser superado com o encaminhamento das negociações.
- A agenda de indicadores internacionais também será limitada, com destaque para as leituras prévias de abril dos índices PMI nos EUA e na Europa, que serão divulgadas na quinta-feira (23).** Os números devem fornecer sinais mais claros de desaceleração da atividade, refletindo o aumento da incerteza associada ao conflito no Oriente Médio. Nos EUA, a divulgação das vendas do varejo de março será importante para avaliar a força do consumo das famílias no primeiro trimestre, que tem sido um dos principais vetores de crescimento da economia. Esse diagnóstico tende a ser complementado pela leitura final de abril da confiança do consumidor da Universidade de Michigan, cuja prévia apontou queda para o menor nível da série histórica, sugerindo alguma perda de fôlego do consumo à frente.



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
23/abr	Reunião do CMN	-	-	-
24/abr	FGV: Sondagem do Consumidor	Abr/26	-	88,1 pts
24/abr	BCB: Estatísticas do Setor Externo	Mar/26	US\$ -5,1 bi	US\$ - 5,6 bi
Sem data	RFB: Arrecadação Federal de Impostos	Mar/26	5,2% a/a	5,7% a/a

Fonte: Bloomberg e Broadcast.

INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
19/abr	China	Taxas Prime: 1 ano e 5 anos	Abr/26	3,00% aa / 3,50% aa	3,00% aa / 3,50% aa
21/abr	EUA	Vendas no varejo	Mar/26	1,4% m/m	0,6% m/m
21/abr	EUA	Vendas de casas pendentes	Mar/26	0,3% m/m	1,8% m/m
22/abr	Zona do Euro	Confiança do Consumidor	Abr/26 - prévia	-17,2 pts	-16,3 pts
23/abr	Zona do Euro	PMI Manufatura e Serviços	Abr/26 - prévia	50,9 pts / 49,8 pts	51,6 pts / 50,2 pts
23/abr	EUA	PMI Manufatura e Serviços	Abr/26 - prévia	52,5 pts / 50,3 pts	52,3 pts / 49,8 pts
24/abr	EUA	Confiança do Consumidor (Univ. Michigan)	Abr/26 - final	48,5 pts	53,3 pts

Fonte: Bloomberg.

ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

INDICADORES ECONÔMICOS

Atividade volta a avançar em fevereiro e indica crescimento do PIB no 1º trimestre

Os indicadores prévios do PIB (índice IBC-Br e Monitor do PIB) registraram números positivos em fevereiro, com crescimento de 0,6% no mês em ambos os casos, reforçando os sinais de uma atividade mais forte neste início de ano.

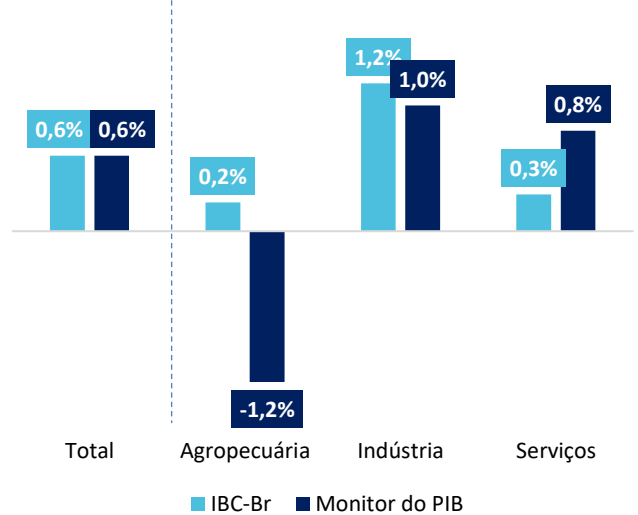
A indústria foi o setor mais dinâmico período, com alta de 1,2% no IBC-Br e de 1,0% no Monitor, embora tenha havido alguma divergência quanto ao desempenho da agropecuária e dos serviços. No IBC-Br, o setor de serviços cresceu 0,3% frente a jan/26, enquanto o Monitor do PIB da FGV apontou avanço mais expressivo, de 0,8% no mesmo período. Já a agropecuária apresentou queda (-1,2%) no indicador da FGV, contra uma certa estabilidade (+0,2%) no IBC-Br.

Esse maior dinamismo da indústria no início do ano foi destacado no informativo de [06/abril](#). Contudo, essa trajetória positiva do setor não é generalizada. Boa parte dessa evolução favorável é concentrada na indústria extrativa, beneficiada pelo aumento da produção de petróleo e por um quadro mais positivo para os preços das *commodities* metálicas e energéticas, estas últimas ainda mais impactadas pelo conflito no Oriente Médio, o que tende a ampliar o dinamismo do segmento. Em contraste, a indústria de transformação apresenta menor fôlego, em um contexto de política monetária restritiva.

Pelo lado da demanda, o Monitor do PIB sinaliza uma recuperação gradual do consumo das famílias e dos investimentos. O consumo das famílias avançou 1,1% no trimestre móvel em relação ao mesmo período de 2025, enquanto a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) seguiu em retração, mas com desaceleração relevante da queda, passando de -4,0% em janeiro para -1,1% no período mais recente. Esse movimento sugere uma retomada gradual do consumo das famílias após certa fraqueza no fim de 2025, ao mesmo tempo em que o investimento começa a dar sinais de estabilização, ainda que em patamar deprimido.

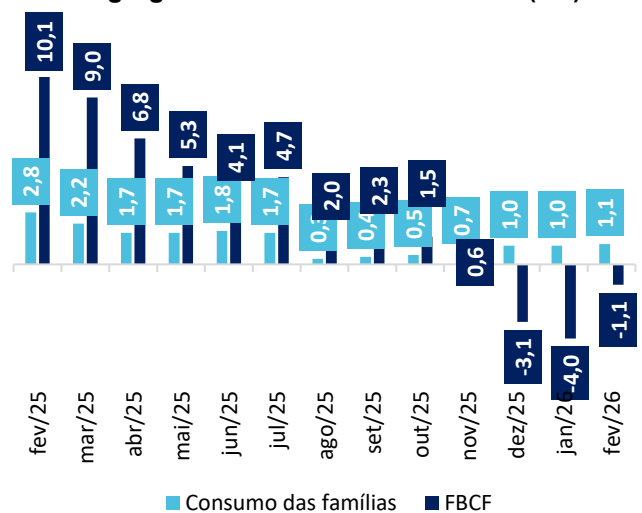
Portanto, ambos os indicadores sinalizam uma recuperação da atividade no primeiro trimestre de 2026, que tende a concentrar parcela relevante do crescimento do ano. O *carry-over* deixado pelos dois primeiros meses do ano é significativo. No caso do IBC-Br, o carregamento estatístico alcança 1,3% para o 1T26 e 1,4% para o ano. Já pelo Monitor do PIB, o *carry-over* é estimado em 0,9% para o 1T26 e 1,0% para o acumulado de 2026

Quadro 1: Prévias do PIB (IBC-Br e Monitor do PIB) % Var Mensal



Fonte: BCB e FGV

Quadro 2: Prévias dos Componentes da Demanda Agregada - % Var Trimestre Móvel (a/a)



Fonte: FGV

Porém, apesar do desempenho mais forte no início do ano, a expectativa é de arrefecimento da atividade ao longo dos trimestres seguintes, em linha com o processo de desaceleração econômica ainda em curso. O consenso de mercado aponta para um crescimento de 1,86% em 2026.

Na última semana, o IBGE divulgou os indicadores do setor de serviços e do comércio referentes a fevereiro, que também trouxeram números positivos, embora abaixo do esperado. O setor de serviços cresceu apenas 0,1%, enquanto o varejo ampliado avançou 1,2% frente a janeiro, ambos abaixo das expectativas de mercado, que apontavam altas de 0,5% e 1,7%, respectivamente. No acumulado em 12 meses, o setor de serviços apresenta crescimento de 2,7%, enquanto o varejo ampliado registra leve retração de 0,4%.

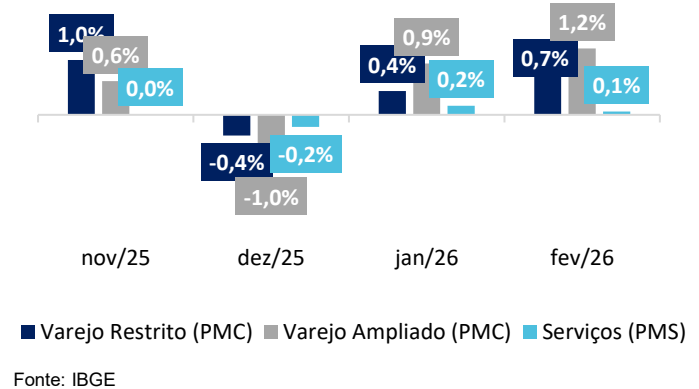
Na abertura setorial, os serviços prestados às famílias cresceram 1,4% no mês, em linha com os sinais de maior dinamismo da demanda das famílias neste início de ano. Além disso, os serviços de informação e comunicação continuam exibindo resultados robustos (+1,1%). O segmento mantém ritmo de crescimento elevado, acumulando expansão de 5,2% em 12 meses, impulsionado principalmente pelos avanços nos serviços ligados à tecnologia da informação, que acumulam crescimento de 11,6% em 12 meses.

Por outro lado, os serviços profissionais recuaram 0,3% no mês, com forte queda nos serviços administrativos (-3,2%). Ainda assim, os serviços técnico-profissionais seguem apresentando crescimento de 2,2% e voltaram a acelerar no acumulado em 12 meses, o que pode colaborar para uma sustentação mais robusta do mercado de trabalho e para a manutenção de pressões nos preços do setor de serviços.

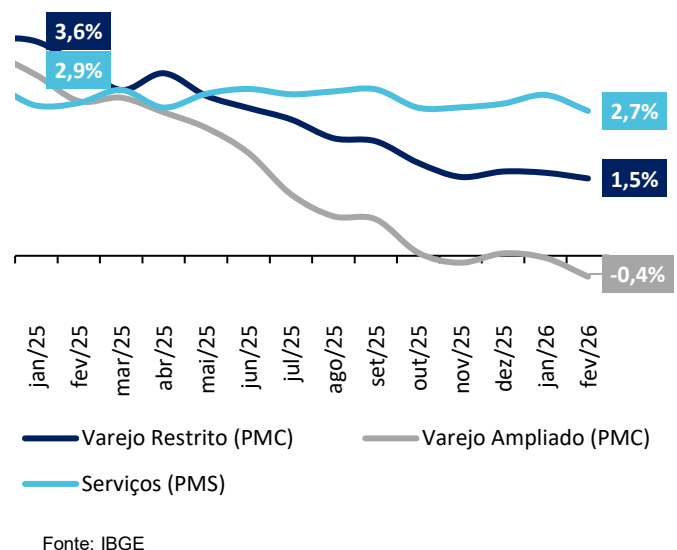
No varejo ampliado, os principais vetores da alta observada em fevereiro foram o crescimento nas vendas de veículos (+1,6%), que registraram o segundo mês consecutivo de expansão e as vendas nos supermercados (+1,1%). Esses resultados também indicam certa resiliência da demanda das famílias neste início de ano.

Apesar da leitura positiva na margem, o desempenho do varejo no acumulado em 12 meses ainda aponta para deterioração nos segmentos mais sensíveis ao crédito. Destacam-se as quedas nas vendas de móveis e eletrodomésticos (-1,2%, frente +9,7% em fev/25) e de veículos (-7,8%, ante +9,8% em fev/25). Portanto, embora haja sinais de melhora no curto prazo, esses movimentos ainda não foram suficientes para reverter o quadro de enfraquecimento observado ao longo de 2025.

Quadro 3: Indicadores de Atividade Var. % mensal (dessazonalizado)



Quadro 4: Indicadores de Atividade Var. % Acumulada em 12 meses



Os resultados deixaram um *carry-over* de apenas 0,1% para o setor de serviços para o primeiro trimestre de 2026. Já no varejo, o carregamento estatístico permanece mais relevante, em 1,1%, o que ainda sustenta uma expectativa mais positiva para o desempenho do setor no primeiro trimestre, apesar do viés de desaceleração.

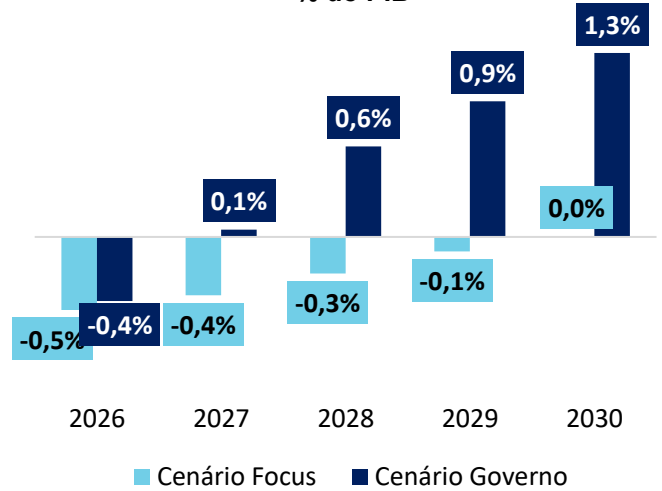
Portanto, o conjunto dos resultados indica que a atividade segue resiliente e deve ter voltado a crescer no primeiro trimestre, beneficiada pela elevação do valor do salário-mínimo e ampliação da isenção do IR para as menores faixas de renda. Contudo, essa expansão tende a ser levemente inferior à anteriormente projetada, em linha com o processo gradual de desaceleração econômica, que se tornou mais evidente a partir do segundo semestre de 2025.

O Governo Federal divulgou a PLDO referente a 2027, que sinaliza um esforço de consolidação fiscal nos próximos anos, embora contenha premissas otimistas para seu cumprimento. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2027 estabelece um superávit primário de R\$ 7,99 bilhões, equivalente a 0,05% do PIB. Esse resultado é suficiente para o cumprimento da meta fiscal de 0,5% do PIB, quando consideradas as deduções de R\$ 65,66 bilhões referentes a gastos excluídos da meta.

Para alcançar esse resultado, o PLDO projeta uma Receita Primária Líquida de 18,9% do PIB, o que representa um acréscimo de 0,1 pp em relação à projeção para 2026. Diferentemente do observado em 2024 e 2025, o projeto não sinaliza, a princípio, a adoção de novas medidas extraordinárias de elevação da arrecadação, sugerindo um cenário de maior estabilidade do lado das receitas.

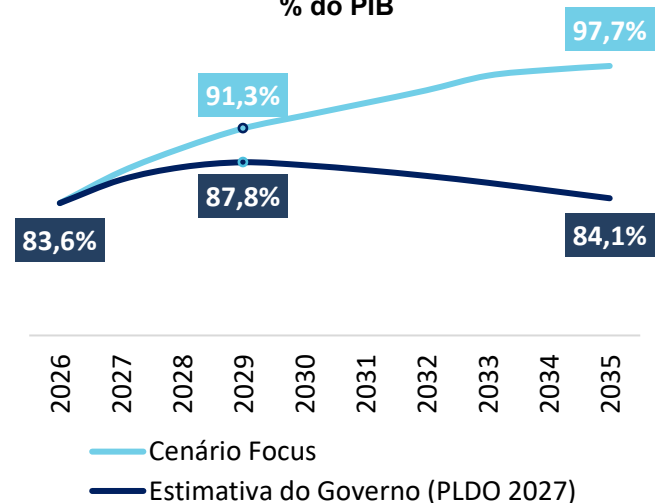
No campo das despesas, o governo projeta uma redução do gasto primário em proporção do PIB em 2027, explicada por dois fatores principais. O primeiro é o fim do acréscimo da complementação da União ao FUNDEB, que vinha pressionando os gastos federais nos últimos anos. O segundo fator é a ativação dos gatilhos previstos no arcabouço fiscal, em decorrência do resultado primário deficitário registrado em 2025. Como consequência, a expansão real das despesas com pessoal fica limitada a 0,6% em 2027, além de o governo ficar impedido de renovar ou conceder novos benefícios fiscais ao longo do exercício. Esses mecanismos contribuem para um ajuste gradual pelo lado das despesas. Por outro lado, algumas rubricas seguem representando desafios relevantes para a consolidação fiscal. Destacam-se, sobretudo, os gastos com benefícios previdenciários e com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que permanecem como os principais vetores de crescimento das despesas obrigatórias.

Quadro 5: Projeções de Resultado Primário % do PIB



Fonte: PLDO 2027, BCB (ref 10/04/2026)

Quadro 6: Trajetória da Dívida Bruta do Governo Geral % do PIB



Fonte: PLDO 2027, BCB (ref 10/04/2026)

Soma-se a isso o risco de aumento de gastos decorrente de decisões legislativas, como o avanço da PEC nº 383/2017, aprovada em 1º turno na Câmara dos Deputados, que vincula 1% da Receita Corrente Líquida a despesas em assistência social, restringindo ainda mais o espaço das despesas discricionárias.

Em relação ao cumprimento da meta fiscal, o PLDO 2027 apresenta avanços institucionais ao tornar mais explícito o tratamento dos precatórios. O projeto considera um volume de precatórios fora da meta semelhante ao observado em 2026, com cerca de 39,4% dessas despesas sendo contabilizadas dentro do resultado primário. Esse percentual é significativamente superior ao piso de 10% exigido estabelecido na PEC dos Precatórios, reduzindo a margem de manobra para o cumprimento da meta fiscal por meio da exclusão excessiva dessas despesas. Ainda assim, a exclusão de R\$ 65,66 bilhões de gastos do resultado primário continua a representar um fator de enfraquecimento da credibilidade fiscal.

Para os anos subsequentes, o PLDO indica uma trajetória de maior rigor fiscal, ao prever a incorporação progressiva de uma parcela maior dos gastos com precatórios na meta fiscal. O projeto estabelece metas de superávit primário de 1,0% do PIB em 2028, 1,25% em 2029 e 1,5% do PIB a partir de 2030, sinalizando um compromisso gradual com a consolidação das contas públicas.

No entanto, o cumprimento desse cenário fiscal depende de premissas macroeconômicas mais otimistas do que aquelas observadas no consenso de mercado. De acordo com as projeções do PLDO, a dívida pública atingiria um pico de 87,8% do PIB em 2029, iniciando trajetória de estabilização posteriormente. Em contraste, as expectativas compiladas pelo Banco Central indicam um cenário mais desafiador, no qual ainda não se vislumbra uma estabilização clara do viés de alta da dívida pública, o que reforça os riscos associados à execução das metas fiscais nos próximos anos.

Quadro 7: Orçamento Previsto para 2026 vs Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2027

Descrição	2026 – Reavaliação do 1º bi (I)		PLDO 2027(II)		(II) - (I)	
	2026 (R\$ bi)	2026 (% PIB)	2027 (R\$ bi)	2027 (% PIB)	2027 (R\$ bi)	2027 (% PIB)
Receita Primária Líquida	2.576.939,00	18,94	2.768.209,40	18,90	191.270,40	-0,04
Despesa Primária Total	2.636.779,30	19,38	2.760.219,50	18,85	123.440,20	-0,53
Obrigatória	2.392.096,00	17,58	2.485.513,10	16,97	93.417,10	-0,61
Benefícios Previdenciários	1.123.937,20	8,26	1.204.633,30	8,23	80.696,10	-0,03
Pessoal e Encargos	457.556,30	3,36	459.278,10	3,14	1.721,80	-0,23
BPC LOAS/RMV	133.874,50	0,98	137.926,20	0,94	4.051,70	-0,04
Complementação Fundeb	67.563,40	0,50	73.467,60	0,50	5.904,20	0,01
Outros	609.164,60	4,48	610.207,90	4,17	1.043,30	-0,31
Discricionária	244.683,30	1,80	274.706,40	1,88	30.023,10	0,08
Poder Executivo	196.376,70	1,44	217.733,70	1,49	21.357,00	0,04
Emendas Parlamentares	49.901,50	0,37	56.972,70	0,39	7.071,20	0,02
Resultado Primário	-59.840,30	-0,44	7.989,90	0,05	67.830,20	0,49
Gastos Fora da Meta Fiscal	63.355,50	0,47	65.658,30	0,45	2.302,80	-0,02
Resultado Primário após Compensação	3.515,20	0,03	73.648,20	0,50	70.133,00	0,48
Limite Inferior da Meta Fiscal	0,00	0,00	36.608,00	0,25	36.608,00	0,25

Fonte: 1º Relatório Bimestral de Receitas e Despesas e PLDO 2027

Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

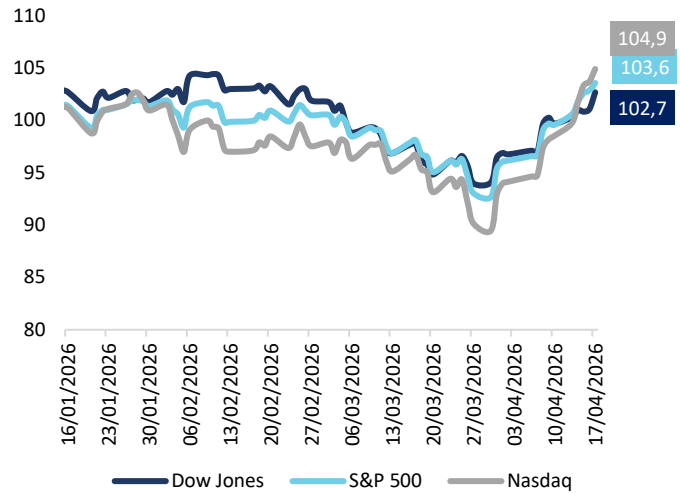
Bolsas avançam e petróleo recua após Irã anunciar reabertura do Estreito de Ormuz

A última semana foi marcada pelo anúncio do governo do Irã de que reabriu “completamente” o Estreito de Ormuz para a passagem de navios comerciais até o fim do período de cessar-fogo com os EUA, que vai até está terça-feira, dia 21. Além da trégua com os EUA, a decisão também decorreu do cessar-fogo entre Israel e o Hezbollah no Líbano. Com isso, o anúncio da última sexta (17) levou o preço do petróleo (*Brent*) a despencar mais de 10% no dia, fechando a semana pouco abaixo de US\$ 90 por barril, menor nível desde o dia 11 de março. Ao mesmo tempo, as principais bolsas e índices de ações nos EUA voltaram a superar os níveis de antes da guerra e renovaram os recordes históricos, no caso da Nasdaq e do S&P500. Contudo, a apreensão de um navio iraniano pelos EUA no fim de semana voltou a deteriorar a relação entre os países, fato que se reflete nos mercados na manhã desta segunda, com queda das bolsas e alta do petróleo.

Quanto aos dados divulgados na semana passada, destaque para a inflação ao produtor (PPI) nos EUA, que subiu 0,5% no mês, abaixo do esperado (+1,1%). A alta do mês foi liderada pelos preços de energia, que subiram 15,7% no período, refletindo o choque do petróleo causado pela guerra. Em 12 meses, o indicador acelerou para 4,0% (ante +3,4% em fev/26), maior nível desde fev/23 (+4,7%). No mesmo sentido, o Livro Bege de abril reportou que os empresários relataram alta dos custos de energia, pressionando os preços dos insumos. Já com relação à atividade, a produção industrial dos EUA caiu 0,5% no mês de março depois da alta de 0,7% em fev/26.

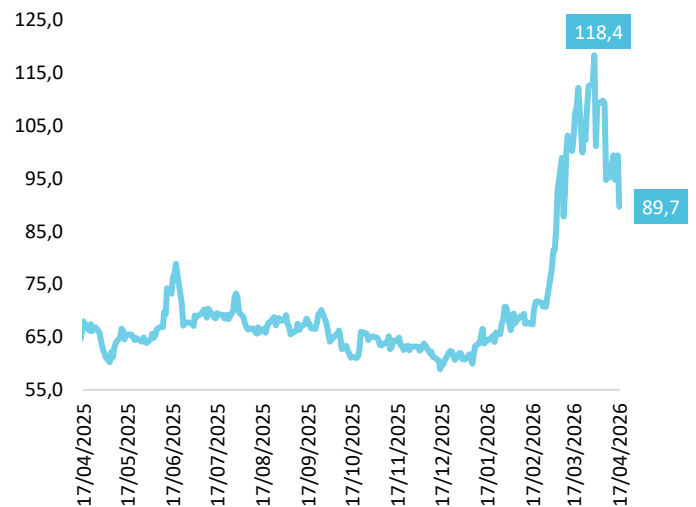
Na China, o PIB subiu 5,0% no 1T26 na comparação anual, com avanço disseminado entre os setores. O resultado ficou ligeiramente acima do esperado (+4,8%) e do observado no trimestre anterior (+4,5%). A divulgação apontou que a economia chinesa seguiu resiliente, apesar do conflito no Oriente Médio, sustentada pelos elevados níveis de reservas de petróleo, por um mix de fontes de energia relativamente diversificado e pelo controle estatal, que ajudou a conter a volatilidade dos preços. Para o 2T26, contudo, aumentam as preocupações com os efeitos da guerra, especialmente sobre a demanda externa, que tem sido o motor da economia do país. Nesse sentido, as exportações de março subiram apenas 2,5% ante mar/25, bem abaixo da expectativa do mercado (+8,6%). O dado levanta preocupações de que estes sejam os primeiros indícios de uma desaceleração da demanda global, em função da guerra. As importações, por sua vez, subiram 27,8%, refletindo o esforço do país em assegurar insumos diante das interrupções nas cadeias globais de suprimentos.

Quadro 8: EUA – Índices de Ações
Base 100 = 31/dez/2025



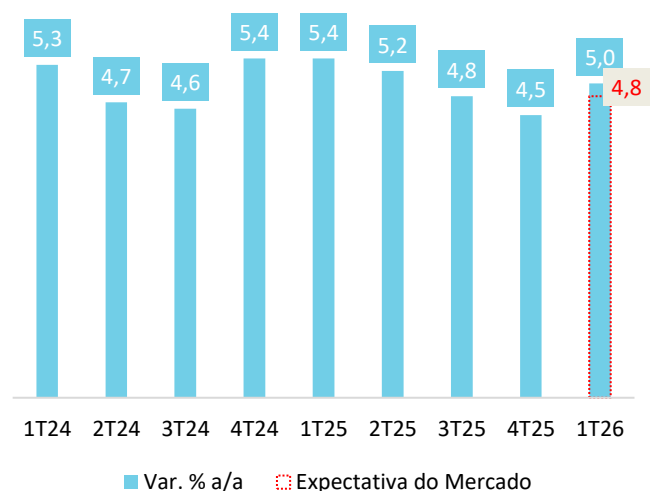
Fonte: Bloomberg.

Quadro 9: Preço do Barril de Petróleo
Em US\$ (tipo *Brent*)



Fonte: Bloomberg.

Quadro 10: China – PIB
Var. % ante o mesmo trimestre do ano anterior



Fonte: Bloomberg.

Pesquisa Especial de Crédito da Febraban

CRÉDITO / BANCOS

Crédito deve crescer 0,8% em março, puxado pelas operações destinadas às famílias

O saldo da carteira de crédito total deve crescer 0,8% em março, segundo a Pesquisa Especial de Crédito da Febraban. O número deve resultar em nova desaceleração na variação anual, de 9,6% para 9,4%, nível ainda robusto de expansão, apesar da elevada taxa Selic.

No mês, o crescimento deve ser puxado pelo crédito destinado às famílias (+1,0%), compensado por um avanço mais contido para as empresas (+0,4%).

No caso da carteira PF, o avanço deve ser puxado pelos recursos livres (+1,3%), impulsionados pela expansão do saldo do cartão de crédito à vista, que se beneficia do maior número de dias úteis em março. Além disso, o crédito pessoal deve seguir avançando, em função do forte ritmo de crescimento do consignado privado. Com isso, a expansão da carteira PF Livre em 12 meses deve se manter estável em alto patamar (+12,6%).

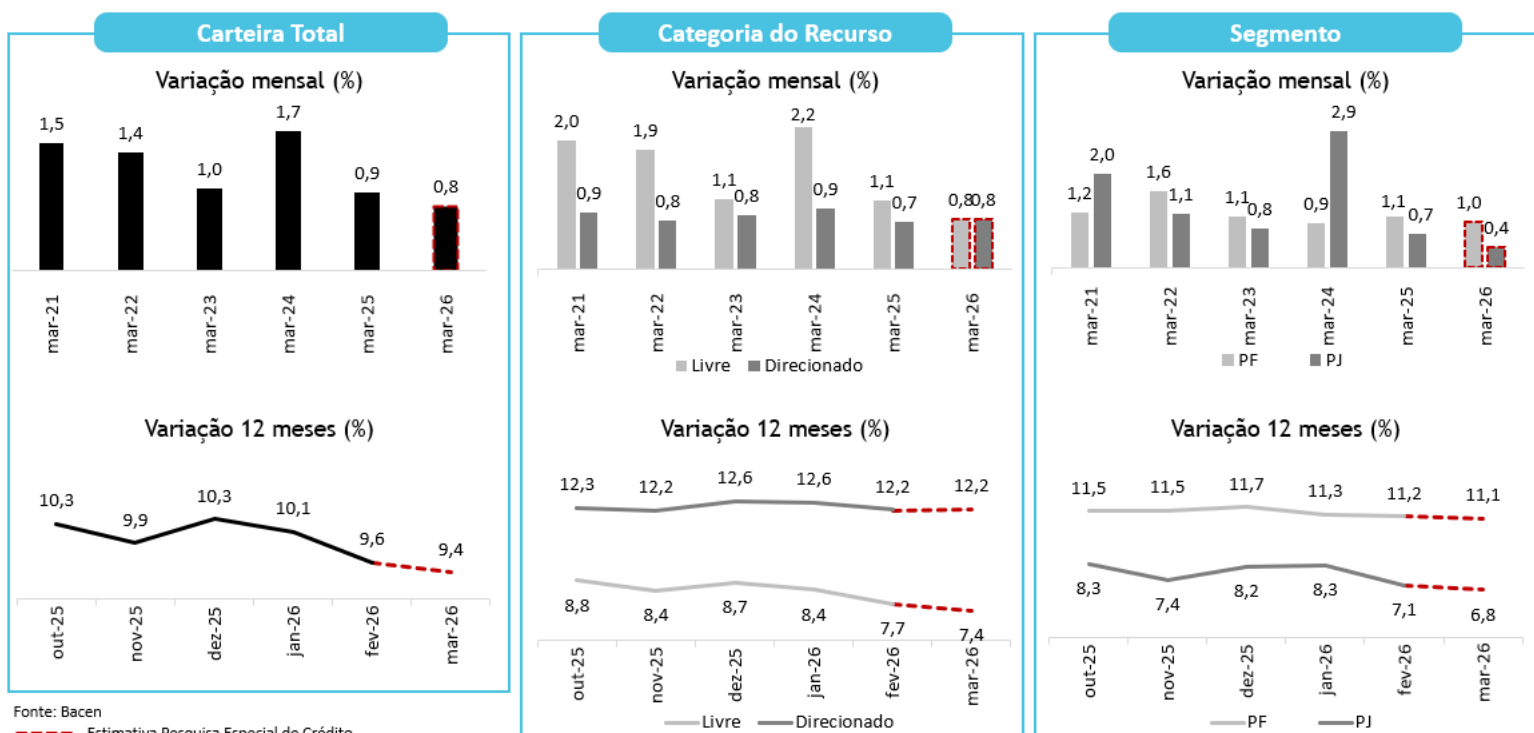
Já a carteira com recursos direcionados deve avançar 0,6%,

favorecida pela resiliência do crédito imobiliário, apoiado por programas públicos, como o “Minha Casa, Minha Vida”, enquanto o crédito rural deve seguir com desempenho mais contido, inclusive em função da proximidade do fim da atual safra.

A carteira destinada às empresas deve crescer 0,4% no mês, com avanço explicado exclusivamente pelas linhas com recursos direcionados (+1,1%), que seguem refletindo o dinamismo dos programas governamentais voltados às MPMes e as modalidades com recursos do BNDES. Em 12 meses, a expansão do crédito PJ Direcionado deve permanecer bem acima das demais aberturas, alcançando 18,3% (ante +17,6% em fev/26).

Os recursos livres, por sua vez, devem ficar estáveis no mês, com novos sinais de perda de dinamismo, levando a variação da carteira PJ livre em 12 meses a desacelerar para próximo da estabilidade (+0,1%; ante +0,9% em fev/26).

Quadro 11: Projeções para o Saldo da Carteira de Crédito – Pesquisa Especial de Crédito



Pesquisa Especial de Crédito da Febraban

As concessões de crédito devem apresentar alta mensal de 18,1% em março, refletindo o maior número de dias úteis do mês. Com ajuste por dias úteis, as concessões devem recuar 3,3% no mês.

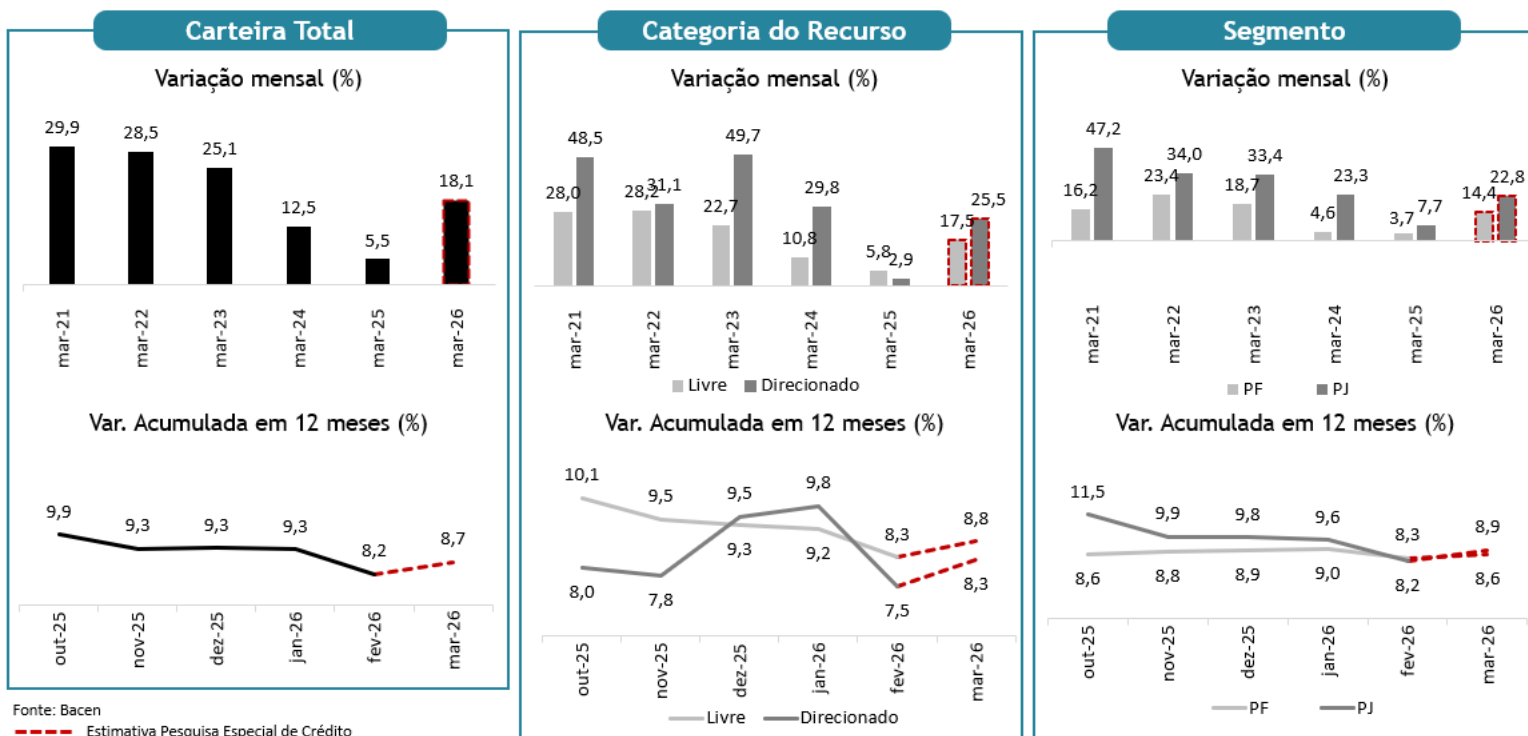
Na comparação com março de 2025 (por dias úteis), que elimina efeitos sazonais, as concessões devem recuar 0,9%. Neste último comparativo, o resultado deve ser puxado para baixo pela carteira destinada às famílias, com menor nível de concessões nas linhas com recursos direcionados e estabilidade entre os recursos livres, ainda apontando um bom dinamismo do crédito consignado privado. Já as concessões para as empresas devem avançar especialmente nos recursos direcionados, em função dos programas governamentais para MPMEs e recursos do BNDES.

No acumulado em 12 meses, o ritmo de crescimento das concessões totais deve voltar a acelerar, passando de 8,2% para 8,7% em março, movimento observado tanto na carteira PF quanto PJ.

Portanto, a pesquisa aponta que o ritmo de expansão do crédito segue elevado, apesar de alguns sinais de acomodação, diante da política monetária em nível bastante contracionista. Porém esse crescimento segue concentrado em carteiras específicas, como a PJ Direcionada (programas governamentais e BNDES) e PF Livre (linhas voltadas ao consumo).

A divulgação das Estatísticas Monetárias e de Crédito pelo Banco Central está programada para acontecer em 27 de abril. Para ver o resultado completo da pesquisa, [clique aqui](#).

Quadro 12: Projeções para as Concessões de Crédito – Pesquisa Especial de Crédito



Resultado Financeiro dos Bancos Norte-Americanos – 1º tri/26

CRÉDITO / BANCOS

Os principais bancos dos EUA divulgaram os resultados referentes ao primeiro trimestre de 2026, com números novamente positivos e acima das projeções. As IFs se beneficiaram do bom desempenho das divisões de negociação de ações e renda fixa (*market makers*), em função da maior volatilidade dos mercados após a eclosão da guerra no Oriente Médio. Já o varejo permaneceu relativamente estável, embora com algum aumento das preocupações em função do choque do petróleo sobre o orçamento das famílias, o que levou à elevação das provisões em algumas instituições.

Quadro 13: Indicadores Financeiros dos Principais Bancos dos EUA no 1º tri/26

Indicadores	JP Morgan	Citi	BofA	Wells Fargo	Goldman Sachs
Lucro Líquido US\$ bi	16,5	5,8	8,6	5,3	5,6
Lucro por Ação Divulgado / Ajustado* (expectativa)	5,94 (5,45)	3,06 (2,65)	1,11 (1,01)	1,60 (1,58)	17,55 (16,49)
ROE anualizado (trimestre)	19,0%	11,5%	12,0%	12,2%	19,8%
Receita US\$ bi	50,5	24,6	30,3	21,4	17,2
Despesas com PDD US\$ bi (- = liberação de PDD)	2,5	2,8	1,3	1,1	0,3
Carteira de Crédito US\$ bi	1.503,5	761,6	1.205,0	1.016,8	253 mi

Fonte: Balanços

JP MORGAN: O maior banco dos EUA registrou lucro líquido de US\$ 16,5 bi (US\$ 5,94 por ação) no 1T26, acima do esperado (US\$ 5,45 por ação). Na comparação trimestral, o lucro avançou 26,6%, refletindo uma base de comparação mais fraca no 4T25, quando houve a constituição de uma provisão de US\$ 2,2 bilhões relacionada à compra da carteira de cartões do Apple Card. Em relação ao 1T25, o lucro avançou 12,6%. Com isso, o ROE do banco atingiu 19,0% (ante 18,0% no 1T25), melhor nível desde o 2T24 (23,0%).

Na comparação com o 1º trimestre de 2025, as receitas avançaram 9,8% e totalizaram US\$ 50,5 bi, acima do esperado (US\$ 49,4 bi). O destaque ficou por conta da unidade de banco de investimento (+18,9%), puxada pelos ganhos em comissões e negociações de renda fixa, *commodities*, moedas e mercados emergentes. Já a receita da unidade de varejo subiu 6,9%, liderada pelo segmento de consumo (+13% em veículos e cartões). A receita líquida de juros (*net interest income* – NII) subiu 9,0% no comparativo anual, mantendo trajetória de aceleração, beneficiada pelo crescimento da base de depósitos e redução dos juros pelo Fed (menor custo de captação). Os gastos com provisões (PDD) totalizaram US\$ 2,5 bi, caindo 24,1% na comparação anual, refletindo a melhora dos principais indicadores de atraso nos produtos do varejo. A carteira de crédito do JP subiu 10,9% em 12 meses, atingindo US\$ 1,503 tri. Por fim, o CEO Jamie Dimon destacou que há um “conjunto de riscos cada vez mais complexo” no cenário em função da guerra (volatilidade dos preços de energia) e incerteza na política comercial, que levou o JP a reduzir seu *guidance* de NII para 2026, de US\$ 104,5 bi para US\$ 103,0 bi.

CITI: registrou um lucro líquido de US\$ 5,8 bi no 1T26 (US\$ 3,06 por ação), bem acima do esperado (US\$ 2,65). O resultado mais do que dobrou ante o 4T25 (+134,1%), quando foi impactado pelo prejuízo com o desinvestimento na Rússia. No comparativo anual, o lucro cresceu 42,3%. Assim, o ROE da IF subiu para 11,5% (ante 8,0% no 1T25), atingindo o maior patamar desde o 2T21 (12,3%). Segundo a CEO, Jane Fraser, o banco mostrou um início de ano forte e coerente com objetivo de entregar um ROE entre 10% e 11% em 2026, reforçando que os desinvestimentos programados pelo Citi estão muito próximos de atingir seu estágio final.

O resultado positivo refletiu o avanço da receita total, que ficou em US\$ 24,6 bi no 1T26, recorde para um único trimestre em mais de 15 anos, com alta de 14,1% em 12 meses e bem acima do esperado (US\$ 23,6 bi). O bom desempenho foi disseminado entre os segmentos do banco, com destaque para a divisão de mercados (+19,3%), puxados pelas negociações de ações e renda fixa; e, de serviços (+17,3%), refletindo o crescimento das receitas no mercado de capitais.

Resultado Financeiro dos Bancos Norte-Americanos – 1º tri/26

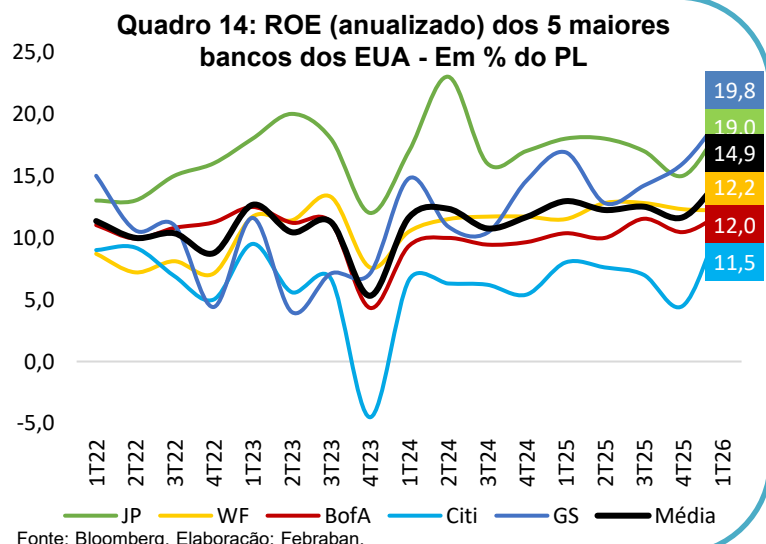
A receita do segmento de banco de investimento também subiu no período (+15,5%). Já no varejo, a alta foi de apenas 4,2%. As provisões totalizaram US\$ 2,8 bi no trimestre, subindo 3,0% ante o 1T25, em função da maior incerteza macroeconômica e do aumento das perdas no cartão de crédito. Por fim, a carteira de crédito do Citi cresceu 8,5% no ano, atingindo US\$ 761,6 bi.

BofA: registrou lucro líquido de US\$ 8,6 bi no trimestre, correspondendo a altas de 12,3% e 16,6% ante o trimestre anterior e o mesmo período do ano anterior, respectivamente. O lucro por ação foi de US\$ 1,11, acima do esperado (US\$ 1,01) e o maior nível em quase duas décadas. O ROE (anualizado) atingiu 12,0%, maior patamar desde o 2T23. A receita total ficou em US\$ 30,3 bi no trimestre, nível recorde para a instituição, acima das expectativas (US\$ 29,9 bi) e com alta de 7,2% em 12 meses, refletindo os maiores ganhos com negociação de ativos e gestão de patrimônio. A receita com a unidade da asset avançou 11,6% ante o 1T25, em função do maior volume de ativos sob gestão (AUM). Já a divisão de mercados globais reportou crescimento de 8,0%, diante dos ganhos com negociação de ações. Ainda, a margem líquida de juros (NII) subiu 9,0%, devido ao maior volume de depósitos e de crédito. Neste sentido, a carteira de crédito do BofA cresceu 8,5% em 12 meses, chegando a US\$ 1,205 tri. Do lado dos custos, a PDD ficou em US\$ 1,3 bi, com leve alta no trimestre (+2,2%), mas um recuo expressivo em 12 meses (-9,7%). Na divulgação, o CEO Brian Moynihan destacou que o ambiente no varejo segue saudável, sustentado pela resiliência da economia dos EUA.

WELLS FARGO: obteve um lucro líquido de US\$ 5,3 bi no 1T26 (ou US\$ 1,60 por ação), em linha com o esperado (US\$ 1,58), equivalente a uma leve queda no trimestre (-2,0%), mas alta na comparação anual (+7,3%). O ROE do banco atingiu 12,2%, permanecendo próximo da média dos últimos 3 anos (11,6%), apesar da liberação do limite de ativos de US\$ 2 tri imposto pelo Fed durante 7 anos. Contudo, isso permitiu um forte avanço (+11,3%) de sua carteira de crédito, se tornando a 3ª instituição do país a ultrapassar o patamar de US\$ 1 tri (US\$ 1,017 tri). As receitas totalizaram US\$ 21,4 bi no trimestre, com alta de 6,4% ante o 1T25. Destaque para a divisão de gestão de patrimônio (+13,8%), impulsionada pela valorização dos mercados e maior atividade dos clientes. A divisão de varejo, responsável por quase metade da receita do banco, registrou expansão de 6,6% em função de ganhos não operacionais relacionados a créditos tributários. Já a divisão de *trading* e banco de investimento avançou 4,2%, com ganhos em ações (+21%) e renda fixa (+15%), beneficiada pela volatilidade dos mercados. A PDD subiu 21,8% em 12 meses, para US\$ 1,1 bi, refletindo a expansão do crédito para empresas e veículos.

GOLDMAN SACHS: registrou lucro líquido de US\$ 5,6 bilhões no trimestre, ou US\$ 17,55 por ação, superando o consenso de mercado (US\$ 16,49). Trata-se do melhor desempenho trimestral dos últimos cinco anos, com crescimento de 21,9% frente ao trimestre anterior e de 18,8% em relação ao 1T25. O ROE atingiu 19,8%, subindo 2,9 pp em 12 meses. A receita total somou US\$ 17,2 bilhões, com destaque para a negociação de ações (US\$ 5,3 bilhões), recorde para o banco, impulsionada pela maior volatilidade em ativos ligados à IA. O banco de investimento surpreendeu positivamente, com alta de 48% das receitas (com *advisory*), para US\$ 2,8 bilhões, enquanto a negociação de renda fixa decepcionou (-10%) para US\$ 4,0 bilhões, refletindo fraqueza em produtos de crédito (hipotecas, por exemplo).

Em conjunto, os 5 maiores bancos dos EUA registraram lucro líquido de US\$ 41,7 bilhões no 1T26, o maior patamar desde o 1T21. Os resultados foram favorecidos pelos ganhos com negociações, em um ambiente de maior volatilidade dos mercados, enquanto o segmento de varejo seguiu resiliente, ainda sem sinais relevantes de deterioração. Com isso, o ROE médio das IFs alcançou 14,9%, melhor marca desde o 2T21 (16,4%). Na análise individual, GS (19,8%) e JP (19,0%) apresentam as maiores rentabilidades. Em contrapartida, Wells Fargo (12,2%), Bank of America (12,0%) e Citi (11,5%) ficaram abaixo da média. Enquanto WF e BofA exibiram uma recuperação mais contida, o Citi mostrou uma melhora mais expressiva, começando a colher os resultados de seu processo de reestruturação global.





MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2026				2027			
	17/04/26	10/04/26	20/03/26	Viés	17/04/26	10/04/26	20/03/26	Viés
IPCA (%)	4,80	4,71	4,17	▲	3,99	3,91	3,80	▲
PIB (% de crescimento)	1,86	1,85	1,84	▲	1,80	1,80	1,80	↔
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	13,00	12,50	12,50	▲	11,00	10,50	10,50	▲
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,30	5,37	5,40	▼	5,35	5,40	5,45	▼

Fonte: Banco Central do Brasil.

Indicadores do Mercado	17/04/26	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
NACIONAL					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	4,98	-0,55%	-3,91%	-9,07%	-14,28%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	130,07	-0,19%	-6,94%	-6,09%	-34,16%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	14,48	-0,52%	-1,09%	-2,80%	0,78%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	13,65	-1,68%	-2,31%	-1,11%	-6,83%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	13,32	-0,94%	-3,83%	-1,20%	-6,31%
Índice Ibovespa (em pontos)	195.733,52	-0,81%	4,41%	21,48%	50,97%
IFNC (setor financeiro)	20.909,69	0,71%	8,27%	20,89%	48,96%
INTERNACIONAL					
Fed Funds (% a.a.)	3,75	0,00%	0,00%	0,00%	-16,67%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	3,71	-2,29%	-2,24%	7,53%	-2,37%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	4,25	-1,60%	-1,59%	3,06%	-1,78%
Dollar Index	98,22	-0,43%	-1,74%	-0,02%	-1,16%
Índice S&P 500 (em pontos)	7.126,06	4,54%	9,15%	3,33%	34,89%
Índice de Ações - Maiores Bancos EUA	169,28	2,38%	9,70%	2,25%	53,06%
Índice de Ações - Bancos Regionais EUA	136,30	2,01%	7,83%	8,81%	32,72%
Índice Euro Stoxx 50	6.057,71	2,22%	8,76%	4,51%	22,74%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	273,61	4,05%	14,53%	3,72%	55,00%
Barril de Petróleo - tipo Brent (US\$)	91,50	-3,89%	-22,69%	47,77%	34,64%

Fonte: Bloomberg.

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
 Jayme Alves
 Luiz Fernando Castelli
 João Vítor Siqueira
 Marcos Duarte
 Jéssica Silva Martins